

HABEAS CORPUS Nº 506.900 - SP (2019/0119594-1)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : DINAEL DE SOUZA MACHADO JUNIOR
ADVOGADO : DINAEL DE SOUZA MACHADO JUNIOR - SP391021
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUIS GUILHERME NERES DOS SANTOS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de LUIS GUILHERME NERES DOS SANTOS, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo, que denegou o *writ* de origem, por acórdão assim ementado (fl. 29):

Habeas corpus – Roubo majorado tentado – Revogação da prisão preventiva – Inadmissibilidade – Decisão bem fundamentada – A conveniência da prisão deve ser revelada pela sensibilidade do Juiz à reação do meio social à ação criminal – Inexistência de constrangimento ilegal – Ordem denegada.

Consta do processo que o paciente foi preso em flagrante e indiciado pela prática dos crimes tipificados nos arts. 157, § 2º, II, e 157, § 2º-A, c/c o 14, II, todos do CP.

O impetrante argumenta que a prisão não observou os critérios do art. 312 do CPP, porque firmada em fundamento abstrato. Além disso, defende serem em favor do réu circunstâncias pessoais favoráveis, além de serem frágeis os indícios de autoria.

Nesse sentido, requer a concessão da ordem, para revogar a custódia cautelar ou, subsidiariamente, aplicação de medidas cautelares.

A liminar foi indeferida.

As informações solicitadas constam dos autos.

O Ministério Público manifestou-se pelo não conhecimento ou denegação.

Na origem, a ação penal n. 1500517-16.2019.8.26.0599 está em fase de instrução com audiência designada para o dia 3/7/2019, conforme informações processuais eletrônicas disponíveis em 31/5/2019.

É o relatório.

DECIDO.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

O decreto de prisão preventiva está assim fundamentado (fl. 24):

[...]. Está presente hipótese de flagrante delito, pois a situação fática encontra-se subsumida às regras previstas pelo art. 302 do CPP. O auto de prisão em flagrante encontra-se regular, material e formalmente em ordem, sendo cumpridas todas as formalidades legais, especialmente aquelas previstas nos artigos 304 e 306, do CPP, e respeitados os direitos individuais constitucionais e as garantias fundamentais. Além disso, não se vislumbra qualquer nulidade, irregularidade ou ilegalidade apta a justificar o relaxamento da prisão em flagrante. Em cognição sumária, da análise dos elementos informativos existentes nos autos, **verifica-se que há prova da materialidade delitiva e indícios suficientes de autoria delitiva, consoante se infere dos depoimentos das testemunhas e das vítimas. Consta dos autos que policiais em patrulhamento visualizaram dois elementos trocando blusas no acostamento de rodovia. Diante da atitude estranha, ao tentar abordar os indiciados os mesmos saíram com a motocicleta em alta velocidade. Quando conseguiram abordá-los reconheceram motocicleta que foi furtada.** Houve, portanto, situação de flagrância, sendo legal e legítima a prisão do indiciado. Não há que se falar em ilegalidade ou relaxamento da prisão em flagrante. Há veementes indícios de autoria II. A Lei 12.403/11, que alterou dispositivos do Código de Processo Penal, estipulou que as medidas cautelares penais serão aplicadas com a observância da necessidade de aplicação da lei penal, necessidade para a investigação ou instrução penal e para evitar a prática de infrações, devendo a medida em questão, ainda, ser adequada à gravidade do crime, às circunstâncias do fato e às condições pessoais do averiguado (art. 282 do CPP). A prisão preventiva será determinada quando as outras cautelares se mostrarem insuficientes ou inadequadas para o caso concreto (art. 282, § 6º, do CPP). **No caso, pesem os argumentos defensivos, estão presentes os requisitos da prisão preventiva, qual seja, o fumus comissi delicti e periculum libertatis.** Trata-se, em tese, de delito doloso cuja pena máxima supera os quatro anos e há provas da materialidade e indícios da autoria. **Além disso, a prisão preventiva é necessária para garantia da ordem pública, para conveniência da instrução processual e para assegurar a aplicação da lei penal. Assim, outras medidas cautelares alternativas à prisão seriam inadequadas e inócuas para a gravidade do delito e circunstâncias do caso concreto.** O crime de roubo é de extrema gravidade e violência e têm causado repúdio e enorme insegurança à comunidade laboriosa e ordeira do País, motivo pela qual a manutenção de sua custódia cautelar é de rigor, para a garantia da ordem pública e para que a sociedade não venha se sentir privada de garantias para sua tranquilidade. Assim, a prisão provisória é de rigor, pois há sérios indícios do envolvimento do averiguado em crime grave que coloca em constante desassossego a sociedade, contribuindo para desestabilizar as relações de convivência social, estando, pois, presente o motivo da garantia da ordem pública, autorizador da decretação da prisão preventiva [...]. Trata-se de delito que demonstra a frieza e descaso dos autores para com a vida humana, causando clamor público pela ousadia externada não havendo que se falar em violação à garantia constitucional da presunção de inocência, pois não se trata de

antecipação da reprimenda nem reconhecimento definitivo da culpabilidade, sendo que a manutenção em cárcere provém da periculosidade do agente visando garantir a ordem pública. **A gravidade do crime e as circunstâncias em que foi cometido evidenciam, numa primeira análise, a predisposição à prática de delitos e a periculosidade do indiciado.** Assinalo, ainda que a circunstância de ser o agente primário e possuir residência fixa e ocupação lícita não impede, por si só, a decretação da custódia cautelar, se os fatos a justificam e estão presentes os seus requisitos autorizadores. [...]. Assim, a prisão cautelar não fere o princípio constitucional da presunção de inocência. Ante o exposto, com fundamento nos artigos 310, II e 312, do Código de Processo Penal, converto a prisão em flagrante de LUIS GUILHERME NERES DOS SANTOS e DENIS GOMES RODRIGUES, em preventiva. [...].

Como já adiantado no exame da liminar, integra a decisão de prisão fundamento idôneo, consistente na constatação de que a motocicleta em poder do paciente havia sido subtraída, além da evasão do acusado da cena do crime, para evitar a prisão em flagrante, destacando-se que os *policiais em patrulhamento visualizaram dois elementos trocando blusas no acostamento de rodovia. Diante da atitude estranha, ao tentar abordar os indiciados os mesmos saíram com a motocicleta em alta velocidade. Quando conseguiram abordá-los reconheceram motocicleta que foi furtada*, razão, portanto, apta a ensejar a constrição.

Esta Corte Superior entende majoritariamente que a tentativa de fuga no momento da abordagem policial, após a prática criminosa, inclusive com perseguição em alta velocidade, são circunstâncias fáticas que justificam a prisão preventiva. Conforme os seguintes precedentes: RHC 71.563/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 2/8/2016, DJe 9/8/2016; HC 398.318/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 17/8/2017, DJe 29/8/2017; HC 403.269/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 1/12/2017; RHC 74.131/MG, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 15/12/2016, DJe 01/02/2017.

Assim, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 04 de junho de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator

